

RECURSO ESPECIAL Nº 1.685.551 - MG (2015/0010578-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO : JAKELINE FIGUEIREDO DE MELO RODRIGUES E OUTRO(S)
- BA026382N
RECORRIDO : HERMES ALIANDRO PACHECO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto pelo **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 138, e-STJ):

AÇÃO MONITÓRIA - NOTA DE CRÉDITO COMERCIAL - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - CORREÇÃO MONETÁRIA - AJUIZAMENTO DA AÇÃO - JUROS E MORA - CITAÇÃO - SENTENÇA MANTIDA.

- A ação monitória com fundamento em contrato bancário prescreve nos prazos previstos no artigo 177 do CCB/1916 e artigos 206, § 5º, I, e 2.028 do CCBI2002. No caso concreto, transcorrido menos da metade do tempo estabelecido no código revogado, o prazo prescricional é o do novo código (cinco anos), devendo ser contado a partir da sua vigência.

- Tratando-se de ação monitória, a correção monetária deve incidir a partir do ajuizamento da ação, já que o devedor não poderia ser prejudicado pela inércia do credor que tardou em executar o título prescrevendo, assim, o seu direito.

- Os juros de mora devem incidir somente a partir da citação, momento em que o devedor foi constituído em mora, ex vi dos 405 e 406 do Código Civil c/c artigo 161 do CTN c/c 219 do CPC.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 168/178, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial, o Recorrente aponta ofensa aos artigos 395, 404 e 884, do CC/02, 535, II, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que: (i) restou caracterizada a negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal deixou de se manifestar sobre o dispositivo legal que ampara a substituição dos encargos contratuais previstos para situação de inadimplemento pelos encargos descritos nos embargos de declaração; e (ii) devem ser mantidos os encargos contratuais, quais sejam, juros moratórios desde o vencimento da obrigação até que ocorra o pagamento, admitindo-se, ainda, a comissão de permanência como encargo moratório.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 202/203, e-STJ), o apelo foi inadmitido na origem (fls. 213/214, e-STJ).

Em decisão monocrática deste signatário (232/233, e-STJ), o reclamo foi convertido em recurso especial.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **merece prosperar em parte.**

1. Inicialmente, verifica-se que a apontada violação do art. 535, do CPC/73 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca da incidência dos encargos moratórios e da atualização monetária. É, aliás, o que se observa dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fl. 142, e-STJ):

"Isso porque, **tratando-se de ação monitória, o devedor não pode ser prejudicado pela inércia do credor que tardou em executar o título prescrevendo, assim, o seu direito.** Se o credor não tivesse perdido o direito de executar o título, os encargos seriam incidentes na forma como pactuada. Todavia, não é plausível e nem razoável, já que o autor está agora em busca de um título judicial, com base em prova escrita sem eficiência de título executivo, calcular a correção monetária e juros naquela forma. Com isso, **os juros de mora devem incidir somente a partir da citação**, momento em que o devedor foi constituído em mora, ex vi dos 405 e 406 do Código Civil c/c artigo 161 do CTN c/c 219 do CPC. **No tocante a correção monetária, tenho o entendimento de que a mesma deve ser calculada nos termos do disposto no §2º, do artigo 1º da Lei 6.899/1981, do mesmo diploma legal, ou seja, a partir do ajuizamento da ação, razão pela qual a sentença proferida deve ser**".

Portanto, consoante a jurisprudência desta Casa, o julgador não está compelido a analisar todos os argumentos invocados no recurso quando tenha encontrado fundamentação satisfatória para dirimir integralmente o litígio.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE QUESTÃO RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido apresenta fundamentos suficientes para embasar a decisão, enfrentando todas as questões pertinentes para a solução da lide e manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

(PET no AREsp 489.892/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

2. Vale registrar que, consoante entendimento desta Corte, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

Confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO

DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE.

1. A comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios (enunciados Súmulas 30, 294 e 472 do STJ).

[...]

(REsp 1255573/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013)

3. Por fim, quanto ao termo inicial da atualização monetária e dos juros de mora, o Tribunal estadual entendeu que por ser uma ação monitória, o devedor não poderia ser prejudicado pela inércia do credor, de modo que os juros de mora deveriam incidir a partir da citação e a atualização da data do ajuizamento da ação.

É, inclusive, o que se extrai dos seguintes trechos do acórdão guerreado (fl. 142, e-STJ):

"Isso porque, **tratando-se de ação monitória, o devedor não pode ser prejudicado pela inércia do credor que tardou em executar o título prescrevendo, assim, o seu direito.** Se o credor não tivesse perdido o direito de executar o título, os encargos seriam incidentes na forma como pactuada. Todavia, não é plausível e nem razoável, já que o autor está agora em busca de um título judicial, com base em prova escrita sem eficiência de título executivo, calcular a correção monetária e juros naquela forma. Com isso, **os juros de mora devem incidir somente a partir da citação**, momento em que o devedor foi constituído em mora, ex vi dos 405 e 406 do Código Civil c/c artigo 161 do CTN c/c 219 do CPC. **No tocante a correção monetária, tenho o entendimento de que a mesma deve ser calculada nos termos do disposto no §2º, do artigo 1º da Lei 6.899/1981, do mesmo diploma legal, ou seja, a partir do ajuizamento da ação, razão pela qual a sentença proferida deve ser".**

No entanto, esta Corte tem entendimento no sentido de que os juros de mora e a atualização monetária, na ação monitória, incidem a partir do vencimento da obrigação.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. OBRIGAÇÃO COM PRAZO DE VENCIMENTO CERTO. MORA EX RE. ART. 397 DO CC/2002. DECISÃO MANTIDA.

1. "Os juros moratórios correm a partir da data do vencimento da dívida, quando esta for líquida e com vencimento certo, não interferindo na data de início da fluência o fato de sua cobrança ocorrer por meio de ação monitória. Precedente" (AgRg no AREsp

572.243/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/4/2018, DJe 4/5/2018).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1264181/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 09/08/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA FUNDADA EM CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA GARANTIDO POR NOTA PROMISSÓRIA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO VENCIMENTO DO TÍTULO. PRECEDENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Os juros moratórios correm a partir da data do vencimento da dívida, quando esta for líquida e com vencimento certo, não interferindo na data de início da fluência o fato de sua cobrança ocorrer por meio de ação monitória. Precedente.

2. Por se tratar de matéria de ordem pública, é possível a esta Corte proceder à adequação da incidência dos juros de mora, a fim de que, no cálculo da dívida, seja utilizado o percentual de 0,5% até a vigência do novo CC, aplicando-se, a partir daí, a taxa SELIC, sem que tal fato configure reformatio in peius, tampouco ofensa à coisa julgada.

3. Agravo regimental parcialmente provido.

(AgRg no AREsp 572.243/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. Para o acolhimento do apelo extremo, no sentido de afirmar serem ou não suficientes os documentos que instruíram a ação monitória, seria imprescindível derruir a afirmação contida no decisum atacado, o que, forçosamente, enseja em rediscussão da matéria fática-probatória, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. Acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual os juros de mora e a correção monetária, em ação monitória, incidem a partir do vencimento da obrigação.

Aplicação da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 910.351/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 26/03/2018)

AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CONFIGURADO. AÇÃO MONITÓRIA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA A PARTIR DA DATA DO VENCIMENTO DA DÍVIDA. ERESP 1.342.872/RS. APLICABILIDADE DA SÚMULA 568/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. No caso em exame, a decisão singular proferida está em conformidade com o entendimento pacificado neste Superior Tribunal de Justiça, que entende incidir juros moratórios nas obrigações líquidas e certas a partir

da data do vencimento.

2. A decisão agravada deu provimento aos embargos de divergência com base em precedente oriundo da Corte Especial, o qual, em julgamento unânime, determina a incidência dos juros de mora a partir da data do vencimento da dívida.

3. "O fato da dívida ter sido cobrada por meio de ação monitória não desconstitui a data de início da incidência dos juros moratórios."

Precedente: EREsp.1342873/RS, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, julgado em 16/12/2015, DJe 18/12/2015.

4. Cabível, na hipótese, a incidência da Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante sobre o tema." 5. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EAREsp 472.159/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2016, DJe 26/10/2016)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, dou parcial provimento ao recurso especial, a fim de determinar que os juros de mora e a atualização monetária incidam a partir do vencimento da obrigação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator